

RERAE - Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas Aplicado ao Setor Pecuário

DL n.º 165/2014 de 5 de novembro

e

Portaria n.º 68/2015, de 9 de março

N



ÍNDICE

1. RERAE – Regime Excecional de Regularização da Atividades Económicas – aplicado à atividade pecuária

2. Portaria n.º 68/2015 de 9 de março



Objetivos

- Dar a conhecer o RERAE
- Disponibilidade da DGADR para colaborar, na implementação do RERAE

1. COMPETÊNCIAS DA DGADR

DGADR:

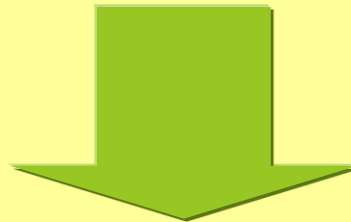
Entidade responsável pelo Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP) (DL 81/2013):

- a) **Coordenação** da aplicação do Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária a nível nacional;
- b) **Promoção** da implementação dos procedimentos NREAP;
- c) **Emissão e publicitação** de orientações e normas técnicas do NREAP (Entidades Coordenadoras/DRAP e Setor Pecuário);
- d) **Preside a Comissão de Acompanhamento do Exercício das Atividade Pecuárias** (CAEAP) e do (NREAP).

2. RERAE – REGIME EXCECIONAL DE REGULARIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS – Aplicado à atividade pecuária

O QUE É?

Regime excecional e transitório que estabelece



procedimentos de regularização/alteração/ampliação aplicáveis à atividade pecuária (entre outras)

2.1 OBJETO

PARA QUÊ?

- Cria uma oportunidade para que:

Os operadores pecuários promovam a
regularização/alteração/ampliação do exercício da sua
atividade, em conformidade com



IGT




RESTRIÇÕES
SERVIDÕES
DE UTILIDADE
PUBLICA



OUTRAS
CONDICIONANTES

2.2 VANTAGENS DA REGULARIZAÇÃO

PORQUÊ?

- 
- Possibilidade do licenciamento das atividades pecuárias e das alterações pretendidas;
 - Acesso às medidas do PDR2020 e implementação de projetos de investimento;
 - Criação de emprego;
 - Na falta de prova de documento habilitante do exercício da atividade, o operador pecuário poderá não receber a última tranche de ajudas e ter de devolver os montantes já concedidos;
 - Possibilidade de melhoria do desempenho ambiental.

2.3 ÂMBITO DA APLICAÇÃO

QUEM BENEFICIA?

- **Atividades pecuárias**
- Atividades industriais
- Operações de gestão de resíduos
- Revelação e aproveitamento de massas minerais –(pedreiras)

2.4 UNIVERSO DAS EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO (1)

EM ATIVIDADE HÁ PELO MENOS 2 ANOS
à data da apresentação do pedido



Em
atividade



Suspensa
há menos
de um ano



Suspensa por um
período máximo de
3 anos, autorizada
pela DRAP

2.4 UNIVERSO DAS EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS PASSÍVEIS DE REGULARIZAÇÃO (2)

EM ATIVIDADE HÁ PELO MENOS 2 ANOS

SEM TÍTULO

SEM
DESCONFORMIDADE

EM
DESCONFORMIDADE
Para cumprimento
de requisitos legais

**IGT/
RJUE**

SERVIDÕES

**RESTRIÇÕES
DE
UTILIDADE
PÚBLICA**

construções/parcelas

**COM TÍTULO
VÁLIDO**

EM
DESCONFORMIDADE

MANTER
ATUAL
ATIVIDADE

ALTERAR
ou AMPLIAR
ATIVIDADE

2.5 PROCEDIMENTO CONJUNTO

Podem ser apresentados conjuntamente, por mais do que um requerente, pedidos de regularização, alteração ou ampliação, para diferentes explorações, desde que integrados no mesmo setor e localizados no mesmo concelho.

Os pedidos apresentados conjuntamente dão lugar a um único procedimento do Plano Municipal aplicável.

2.6 – FASES DO PROCESSO RERAE (desconformidades territoriais)

FASES DO PROCESSO E IDENTIFICAÇÃO DAQUELAS EM QUE INTERVÊM AS CÂMARAS MUNICIPAIS

1ª FASE -> Reconhecimento do interesse público municipal

2ª FASE -> Submissão do pedido de regularização na DRAP, acompanhado da certidão de reconhecimento do interesse público municipal

3ª FASE -> DRAP disponibiliza o pedido de regularização e os elementos instrutórios às **entidades que se terão de os analisar e de se pronunciar** -> **Análise pelas Entidades**

4ª FASE - > **Conferência Decisória: ponderação e deliberação**

5ª FASE -> Notificação da deliberação aos interessados

6.ª FASE -> Adaptação do operador pecuário à deliberação

7.ª FASE -> **Adequação/suspensão dos IGT e/ou SRUP pelas entidades competentes**

8.ª FASE -> **Legalização urbanística**

9.ª FASE -> Requerente Inicia o procedimento para título definitivo, ao abrigo do NREAP

2.6.1– PROCEDIMENTOS: 1ª FASE - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

COMO PROCEDER?

QUANDO HÁ DESFONFORMIDADES COM IGT/SERVIDÕES/RESTRIÇÕES:

REQUERENTE -> OPERADOR PECUÁRIO

**1º
FASE**

**APRESENTA UM REQUERIMENTO
À CÂMARA MUNICIPAL SOLICITANDO
O RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL
NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA**

2.6.1 – PROCEDIMENTOS: 1ª FASE - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REQUERENTE APRESENTA UM REQUERIMENTO
À CÂMARA MUNICIPAL SOLICITANDO
O RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL
NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA



NUMA TENTATIVA DE HOMOGENEIZAR
PROCEDIMENTOS A NÍVEL NACIONAL
A DGADR COM A COLABORAÇÃO DO GTNREAP
DESENVOLVEU UMA
PROPOSTA DE MODELO DE REQUERIMENTO

2.6.1 – PROCEDIMENTOS: 1ª FASE - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

**1ª
FASE**

**MODELO DE REQUERIMENTO PARA
RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO
MUNICIPAL**



MINUTA



ANEXO

2.6.1 – PROCEDIMENTOS: 1ª FASE - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA REGULARIZAÇÃO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

1ª
FASE

APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO
NA CÂMARA MUNICIPAL



ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO PELA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL (AM)



EMIÇÃO DE CERTIDÃO REFERENTE AO
INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL NA
REGULARIZAÇÃO

A AM decide
quem reúne
as condições
mínimas para
se regularizar

2.6.1 – PROCEDIMENTOS: 1ª FASE - RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL

1ª
FASE

ANÁLISE DO INTERESSE PÚBLICO PELA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



INTERESSE
SOCIAL



INTERESSE
ECONÓMICO

2.6.2 - PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE DECISÃO

3.^a FASE

ANÁLISE

Apreciação isolada, *i.e.*, pela entidade competente, s/ prejuízo das normas legais e de direito aplicáveis



Disponibilização, pela DRAP, do REQUERIMENTO e ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS às entidades c/ competências atribuídas (incluindo as responsáveis pelos IGT, Servidões e Restrições de Utilidade Pública), caso seja essa a desconformidade



4.^a FASE

DECISÃO

Realização CONFERÊNCIA DECISÓRIA pela DRAP e demais entidades: **apreciação integrada e ponderada**

2.6.3 - CONFERÊNCIA DECISÓRIA – DELIBERAÇÃO FINAL

Após a **conferência decisória** e ponderados os interesses :

- é proferida uma deliberação final,
- tomada por maioria dos votos dos membros presentes,
- pode ser : favorável, favorável condicionada ou desfavorável.

No caso de ser favorável condicionada, são fixadas as medidas corretivas, num prazo máximo de 2 anos, após notificação ao requerente da deliberação final

2.6.3 - CONFERÊNCIA DECISÓRIA – DELIBERAÇÃO FINAL


A deliberação final



5 dias

é notificada ao requerente e às entidades competentes, pela DRAP

Quem pode recusar a deliberação final?



O membro do Governo competente, num prazo de 30 dias após a sua notificação da deliberação, mediante decisão fundamentada, pode recusar a promoção da alteração, revisão ou elaboração do PEOT.

7.ª Fase – Adequação/suspensão dos IGT e/ou SRUP pelas entidades competentes

Deliberação Favorável ou Favorável Condicionada da CD

IGT

Alteração, revisão ou elaboração do IGT em conflito.

Nota: no caso dos **PEOT**, há a possibilidade do membro do governo, com competência atribuída, de recusa, mediante decisão fundamentada.

Caso a alteração, a revisão ou a elaboração do novo plano não seja aprovada até à emissão de título definitivo,

pode ser determinada a **suspensão** do IGT vinculativo dos particulares e decretadas medidas preventivas, nos termos do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SARUP)

Alteração da delimitação, da SRUP.


Nos casos em que a alteração da delimitação da SARUP não seja promovida pelas entidades responsáveis até ao termo do prazo para ser requerido o título definitivo,

a deliberação favorável, ou favorável condicionada, constitui fundamento bastante para o reconhecimento de **relevante interesse público**, no âmbito dos regimes jurídicos aplicáveis.

8.ª Fase – Legalização Urbanística

2.7 - PRAZOS

QUANDO ?



O RERAE entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2015;

Os operadores pecuários deverão submeter o respetivo pedido de regularização, até 2 de janeiro de 2016;

O PGEP, se aplicável, deve ser apresentado no prazo máximo de 6 meses contados a partir da notificação da deliberação da Conferência Decisória.

2.7 - PRAZOS

No caso de decisão favorável ou favorável condicionada, em sede de conferência decisória:

⇒ Fixação de um prazo Máx. de 2 anos

-contado a partir da data em que o requerente é notificado da deliberação da conferência decisória

- até ao termo do qual o requerente deve iniciar o procedimento NREAP, com vista à obtenção do título de exercício da atividade, sob pena de caducidade do mesmo

2.8 - REINÍCIO DA ATIVIDADE

As explorações pecuárias podem retomar a atividade, mediante:

- Recibo comprovativo da apresentação do pedido que constitui título provisório.
- O reinício fica condicionado à obtenção da respetiva **Marca de Exploração** e do N.º de Registo de Exploração – **NRE**.

2.9 - SUSPENSÃO DE CONTRAORDENAÇÕES

Os processos de contraordenação por falta de título, por violação de normas ambientais ou relativas ao Ordenamento do Território pendentes à data da apresentação do pedido são suspensos desde que não tenham transitado em julgado.

Os procedimentos iniciados após a apresentação do pedido são suspensos, na data da emissão do recibo comprovativo da apresentação do pedido

2.10 - PORTARIA 68/2015 DE 9 DE MARÇO



**elementos
instrutórios**

Pedidos:
Regularização
Alteração
Ampliação

Explorações de atividades pecuárias



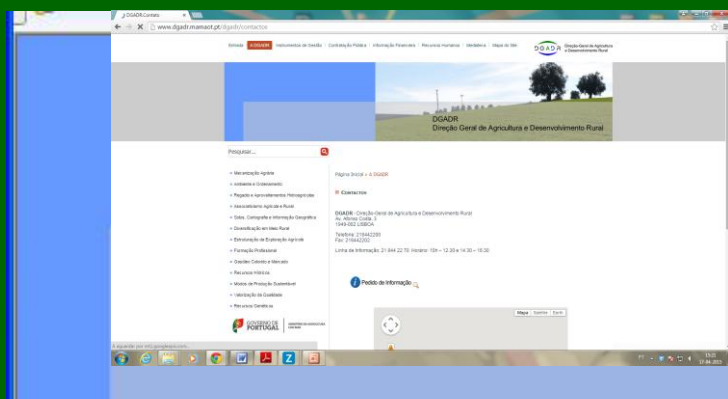
Desafios propostos:

- Reforço da articulação - maior proximidade, entre as diferentes Entidades intervenientes no RERAE
- Informação sobre o RERAE
- Convite à solicitação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal pelos OP



Para mais informações – Site da DGADR

www.dgadr.pt



Pesquisar... **Pesquisar...**

Pesquisar

● Ambiente e Ordenamento

- » Reserva Agrícola Nacional (RAN)
- » Procedimento de AIA
- » Valorização agrícola de lamas
- » Utilização de subprodutos de origem animal como fertilizantes
- » Regime do Exercício da Actividade Pecuária (REAP)
- » Grupo de trabalho SIMREAP
- » Enquadramento
- » Procedimentos aplicáveis às atividades pecuárias

■ REGIME DO EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE PECUÁRIA (REAP)

A produção animal ou pecuária, nos diferentes objectivos com que é desenvolvida esta actividade em Portugal, representa um segmento fulcral da política de desenvolvimento agro-pecuário do País.

Com o **Decreto-Lei nº 214/2008** de 10 de Novembro, que criou o Regime de Exercício das Actividades Pecuárias — REAP, foram harmonizados os processos necessários para a instalação e exercício destas actividades, tendo sido estabelecidas as regras para a regularização e o desenvolvimento económico do setor, e estabelecendo princípios para assegurar a proteção da hígio-sanidade e do bem-estar animal, a saúde pública, a segurança de pessoas e bens, a qualidade do ambiente e o ordenamento do território, num quadro de sustentabilidade e de responsabilidade social dos produtores, pelas actividades pecuárias que desenvolvem.





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
E DO MAR



Direção-Geral de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

www.dgadr.pt

**OBRIGADA
PELA
ATENÇÃO**

N

